

## Contributo para a Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 643/XIII

<b>Diploma:</b>	Projeto Lei
<b>N.º:</b>	643/XIII
<b>Identificação do sujeito ou entidade:</b>	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CCP
<b>Morada ou Sede:</b>	Av. Vasco da Gama nº 29
<b>Local:</b>	Lisboa
<b>Código Postal:</b>	1449-032 Lisboa
<b>Endereço Eletrónico:</b>	<a href="mailto:geral.ccp@ccp.pt">geral.ccp@ccp.pt</a>
<b>Texto do Contributo:</b>	<p>Em Geral É compreensível a preocupação, manifestada neste Projecto de Lei (doravante PL), com o direito ao repouso efectivo do trabalhador durante os períodos em que não esteja vinculado a trabalhar ou em que não deva estar disponível para fazê-lo (cfr. noções de tempo de trabalho e pausas que contam como tempo de trabalho, contidas no artigo 197º do Código do Trabalho – CT). Com efeito, a lei consagra períodos de descanso diário e semanal dos trabalhadores (arts. 214º e 232º CT), bem como intervalos de descanso (art. 213º CT). Reconhece-se a importância de o trabalhador ter, nesses períodos, direito a “desligamento” ou “desconexão” efectivas das suas obrigações laborais, devendo o gozo do seu descanso ser respeitado. Parece-nos que tentar definições muito restritivas do conteúdo do “direito ao desligamento ou à desconexão” do trabalhador — o CDS e o PAN tentam-no —, além de pecar por falta de rigor, pode conduzir a absurdos de restrição e, por outro lado, deixar de fora situações que mereciam aí caber. Assim, por exemplo, instituir que todos os contactos entre empregador e trabalhador estão vedados durante o período de descanso: a) impede contactos urgentes e inadiáveis, por vezes também no interesse do próprio trabalhador; b) impede, sem justificação, que o empregador envie, por exemplo, um e-mail no período de descanso, ainda que o assunto versado só suscite reacção do trabalhador durante o horário de trabalho. A existir, qualquer definição deve remeter para a caracterização casuística e vedar apenas que o empregador suscite qualquer acção laboral durante os períodos de descanso. Em Especial O Projecto de Lei de “Os Verdes” (doravante PL) limita-se a agravar — para “muito grave” — a contraordenação por violação do período de descanso, também com recurso a tecnologias de informação e de comunicação. Sendo conciso, o que é uma virtude, é talvez um pouco vago demais.</p>
<b>Data:</b>	20-12-2017 11:10:44